Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 17 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.653
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

SAGA MEXICANA NO MUNDO MULTIPOLAR

História e política: a ascensão de AMLO e Claudia Sheinbaum. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

RETORNO AO PRESENCIAL

Movimento de retorno ao trabalho presencial cresce, inclusive na Petrobras. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

A RELAÇÃO DE LULA COM O PRÓXIMO BC

Para Sérgio Vale, diretor da MB Associados, deve haver uma normalização na relação. **Página 5**

Preço do botijão de gás sobe mais do que nas refinarias

Margens de distribuidoras e revendas subiram

Um estudo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que, nos últimos cinco anos, o preço do botijão de gás de 13 quilos para a população aumentou mais do que o preço do GLP para as distribuidoras, nas refinarias. Mesmo quando o preço da Petrobras fica parado, o preço do botijão ao consumidor cresce e as margens de distribuição e revenda sobem mais e descem menos do que os preços da estatal.

Margem de distribuição e revenda de gás (elaboração Dieese)

Segundo os dados da ANP, enquanto o botijão subiu R$ 32,32 em média, entre maio de 2019 e maio de 2024 (passando de R$ 69,29 para R$ 101,61), para a Petrobras a alta foi de apenas R$ 6,54 e o setor de distribuição e revenda ficou com R$ 19,38. Os impostos subiram R$ 8,38 (ICMS) e houve redução nos tributos federais (menos R$ 2,18).

"Ao analisar a composição do preço ao consumidor final, verifica-se que o que sobe muito são as margens para a distribuição e revenda", destaca o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) e assessor da FUP, Cloviomar Cararine. Ele observa que, desde 2016, o gás na refinaria entrou em um processo de aumento de preço e de instabilidade, seguindo a estratégia de paridade internacional e a política de elevação de lucros da Petrobras voltada para a maior distribuição de dividendos a acionistas.

Para Cararine, esta situação de maiores ganhos relativos da distribuição e revenda do gás de cozinha mostra o equívoco cometido pela Petrobras, nos governos Temer e Bolsonaro, em privatizar a BR Distribuidora e a Liquigás, ambas empresas hoje controladas pelo capital privado.

Foto de Du Zixuan, Xinhua

Navio em construção em Wuhan, China

Construção naval chinesa tem quase 75% das novas encomendas globais

A indústria de construção naval da China registrou um crescimento de 18,4% no primeiro semestre deste ano, reforçando sua posição de liderança global, segundo dados divulgados nesta terça-feira pelo Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT).

De janeiro a junho, a China concluiu projetos de construção naval totalizando 25,02 milhões de toneladas de porte bruto (DWT). As novas encomendas aumentaram para 54,22 milhões de DWT, crescimento anual de 43,9%. No final de junho, a carteira de encomendas era de 171,55 milhões de DWT, um aumento de 38,6% em relação ao ano anterior.

Os dados do MIIT também demonstram a posição dominante da China no mercado global de construção naval. No primeiro semestre deste ano, as conclusões da construção naval do país, as novas encomendas e a carteira de encomendas medidas pela DWT representaram 55%, 74,7% e 58,9% dos totais globais, respectivamente. Em 2023, os três principais indicadores de mercado situaram-se em 50,2%, 66,6% e 55%.

Segundo Cao Bo, vice-diretor do departamento de informação estatística da Associação da Indústria Nacional de Construção Naval da China (Cansi), "em junho de 2024, à medida que a indústria da construção naval continuava a se recuperar, o novo índice de preços dos navios subiu para 187,23, um aumento de 9,5% em termos anuais, atingindo o seu nível mais elevado desde setembro de 2008".

FMI: Brasil cresce menos em 2024 e mais em 2025

O Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve a previsão para o crescimento global em 2024 em 3,2%, observando que as economias de mercado emergentes da Ásia continuam a ser o principal motor global. Para o Brasil, houve queda de 0,1 ponto percentual (pp) em relação à projeção feita em abril: 2,1%. Para 2025, porém, o FMI elevou a expectativa para 2,4%, alta de 0,3pp.

O relatório World Economic Outlook de julho de 2024 (Perspectivas Econômicas Mundiais) mostra forte deterioração na previsão do Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina este ano: de queda de 2,8% para recessão de 3,5%. Para 2025, o FMI mostra otimismo: 5% de crescimento, projeção mantida em relação a abril.

O FMI reviu o crescimento econômico da China em 2024 para 5%, face à previsão de 4,6% feita em abril. Também elevou as expectativas de crescimento do PIB da Índia, para 7%, 0,2pp acima do relatório anterior. Para os Estados Unidos, queda de apenas 0,1pp, para 2,6%.

"A inflação dos serviços está atrasando os progressos na desinflação, o que complica a normalização da política monetária. Os riscos de alta para a inflação aumentaram, assim, elevando a perspectiva de taxas de juro mais altas durante períodos ainda mais longos, no contexto da escalada das tensões comerciais e do aumento da incerteza política", analisou o FMI sobre o crescimento global.

Espera-se que o volume do comércio mundial cresça 3,1% em 2024 e 3,4% em 2025, cada um 0,1pp acima da projeção de abril. "As economias de mercado emergentes da Ásia continuam a ser o principal motor da economia global. O crescimento na Índia e na China foi revisto em alta e é responsável por quase metade do crescimento global", disse o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, num blog.

"Outros desafios à desinflação nas economias avançadas poderiam forçar os bancos centrais, incluindo o Federal Reserve [Fed, o Banco Central dos EUA], a manter os custos dos empréstimos mais elevados durante ainda mais tempo. Isso colocaria em risco o crescimento global, com maior pressão ascendente sobre o dólar e repercussões prejudiciais para as economias emergentes e em desenvolvimento", disse Gourinchas.

China amplia comércio em moedas locais com mais países

À medida que a China chega a acordos com mais parceiros comerciais e reforça a utilização de moedas locais no comércio internacional e nas transações financeiras, espera-se que se construam novas oportunidades para a cooperação em matéria de comércio e investimento bilateral e regional.

Cai Qingfeng, professor da Escola de Economia da Universidade de Xiamen e vice-reitor do Instituto de Pesquisa do Cinturão e Rota da universidade, ressalta, em página especial do *Diário do Povo* e **Monitor Mercantil**, que "a China se tornou o principal parceiro comercial de mais de 140 países e regiões".

No início de 2023, a China e o Brasil assinaram um memorando de cooperação para implementar gradualmente o acordo de compensação do yuan no Brasil. O Brasil anunciou que realizaria acordos comerciais bilaterais com a China usando moeda local. O movimento vem se repetindo em diversos países, como a França.

José Acácio Ferreira, diretor-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia, assinala que Brasil e China veem imenso potencial para maior cooperação. "A estreita cooperação com a China promoveu efetivamente a capacidade de produção e as capacidades tecnológicas do Brasil, o que está em conformidade com a estratégia de "reindustrialização" do governo brasileiro e a nova versão de um "plano de aceleração do crescimento", ressalta Ferreira. **Página 8**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4312
Dólar Turismo	R$ 5,6450
Euro	R$ 5,9203
Iuan	R$ 0,7603
Ouro (gr)	R$ 431,67

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Saga mexicana – na construção do Estado Nacional no mundo multipolar

Por Pedro Augusto Pinho

"Para esconder a verdadeira falta de conhecimento, fora apresentada uma explicação que correspondia à intervenção divina. Para a mentalidade primitiva teria sido a maneira plausível e satisfatória de explicar qualquer coisa sobre a qual nada se sabia" (Clifford D. Simak, *City*, 1952, tradução livre).

Durante a década de 1980, os grandes mercados de capitais, como Nova York, Londres, Amsterdã, promoveram as desregulações financeiras. Pessoas e bens, naturais ou produzidos, precisavam de um "passaporte" para sair e entrar dos países. As expressões monetárias, não. Circulavam livremente por redes virtuais.

Não apenas para o México e o Brasil, mas para todo mundo capitalista e socialista criou-se nova condição operacional para generalizar a corrupção. Esta atingiu níveis até então desconhecidos, levando ao fim a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS, 1991), a condenações e alterações no poder da República Popular da China (China) e a decuplicação de "paraísos fiscais" em menos de 20 anos.

Até 30 de novembro de 2000, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), a princípio nacionalista (Manuel Ávila Camacho e Adolfo López Mateos) mas ao fim neoliberal, foi o grande partido mexicano do século 20.

A corrupção neoliberal trouxe a questão da moralidade para o palco das lutas políticas no início do século 21. Após 71 anos de domínio do PRI, o México é governado por Vicente Fox, do Partido de Ação Nacional (PAN), prometendo punir os grandes corruptos e corruptores da Nação, o que não aconteceu.

Seguiram-se, do mesmo PAN, Felipe Calderón (1º/12/2006 a 30/11/2012) e, retornando o Partido Revolucionário Institucional, o presidente Enrique Peña Nieto (1º/12/2012 a 30/11/2018). Mas a corrupção não era disfunção política personalizada, era a consequência do imenso engodo neoliberal.

O neoliberalismo não se apresenta como modelo da concentração de renda, dos privilégios rentistas, da não tributação enquanto o trabalho sofria cada vez mais encargos que, ao fim, aumentavam a renda das finanças. O neoliberalismo procurou ser visto, e para isso dominou todos os recursos da comunicação, escrita, falada, televisada e virtual, como a ideologia da liberdade, do triunfo dos empreendedores, da iniciativa individual. E chegava ao cinismo de renomear o trabalho sem direitos, trabalhistas e previdenciários, de empreendedor individual, os MEIs.

Esta situação, variando apenas nas nomenclaturas, se espalha pelo mundo, especialmente naqueles países, como México e Brasil, subordinados ao Império Estadunidense.

E passados os primeiros 20 ou 30 anos de governanças neoliberais, o mundo se mostra mais desigual do que nunca. Até nos Estados Unidos da América (EUA) a miséria já é observada na população de rua, na disseminação de doenças, na fome e na morte.

Um novo momento

A eleição de Andrés Manuel López Obrador, para o período 1º/12/2018 a 30/11/2024, foi mais do que o surgimento de novo partido – Movimento Regeneração Nacional (Morena) – e o maior número de votos na história do México (mais de 30 milhões de votos) para o cargo e o maior percentual em eleição presidencial em 36 anos (53%).

O que fez López Obrador? Fundamentalmente, trouxe a contemporaneidade política para dentro das fronteiras mexicanas. O neoliberalismo foi o momento do "fim da história", da "globalização", do "pensamento único", da unipolaridade. Porém, passada a primeira década, ou década e meia, começa a surgir em países de culturas mais fortemente arraigadas, a contestação ao neoliberalismo. A China se destaca. Não pelo marxismo-maoísmo mas pelo confucionismo.

O neoliberalismo é pensamento ocidental e como tal construído por conceitos, cuja precisão dá força aos pensamentos. O confucionismo não procede desta maneira linear e sim espiral.

Vejamos como a sinóloga e filósofa francesa Anne Cheng discorre sobre o pensamento chinês, o confucionismo, na *Histoire de la pensée chinoise* (Éditions du Seuil, 1997, em português na tradução de Gentil Avelino Titton para Editora Vozes, Petrópolis, 2008).

O pensamento chinês (confuciano) descreve seu redor em círculos cada vez mais estreitos, buscando aprofundar um sentido mais do que esclarecer um conceito.

Aprofundar significa deixar descer cada vez mais fundo dentro de si, em sua existência, o sentido de uma lição, de uma experiência. É assim que são utilizados os textos na educação chinesa: objetos de uma prática mais que de uma simples leitura.

"Testemunhos da palavra viva dos mestres, eles não se destinam apenas ao intelecto, mas à pessoa toda; servem menos para raciocinar do que para ser frequentemente praticados e, finalmente, vividos". E conclui Cheng: "Não o raciocinar sempre melhor, mas o viver sempre melhor sua natureza humana em harmonia com o mundo".

A eleição de López Obrador, dada como certa, em 2018, não se previa transformadora, principalmente pelo poder das finanças, "Citigroup, incluindo seus meios hegemônicos (Televisa e Tv Azteca, de Azcárraga e Salinas Pliego, ambos megamilionários da lista da *Forbes*)", afirmava Carlos Fazio ("AMLO e o verdadeiro poder", em *La Jornada*, 2/7/2018).

Porém, logo o Governo do México, empresários e sindicatos chegaram ao acordo para aumentar em 16,2% o salário mínimo geral, que passa de 88,36 pesos, por dia, para 102,68 pesos, a partir de janeiro de 2019.

Esta articulada mudança na remuneração do trabalho não se adequava à perspectiva neoliberal, unipolar, pois fruto de parcela da sociedade mobilizada para reconhecer a relevância da menos poderosa politicamente.

O homem na sociedade neoliberal é repartido por características individuais, não sociais. Daí os identitarismos, raciais, sexuais, que dispõe de veículos de comunicação porém não tem força para alterar situações, não obtêm resultados.

A prática neoliberal é falaciosa, hipócrita, mendaz e, principalmente, secessionista, separatista, não integracionista. O vínculo histórico é a primeira diferença entre o novo rumo do México das governanças neoliberais. Também difere dos governos petistas que, obrigados eleitoralmente, jamais reconheceram a transformação provocada pelo getulismo ou pelo nacional trabalhismo na própria organização do Estado Nacional Brasileiro.

História e política no México: a ascensão de AMLO e Claudia Sheinbaum

"O presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) colocou seu governo em um horizonte histórico, retomando trajetórias passadas, mas também apontando para trajetória que deve ir além dos seis anos de seu mandato para se completar. A primeira transformação foi a Independência em 1821, a segunda a Reforma (1857-1861) dos liberais liderados por Benito Juárez contra os conservadores, e a terceira a Revolução Mexicana (1910-1917) de Emiliano Zapata e Pancho Villa contra a ditadura de Porfírio Díaz e o latifúndio" (Giorgio Romano Schutte no *Brasil de Fato*, 2 de junho de 2024).

Schutte busca entender o sucesso de López Obrador (AMLO). No mesmo artigo no *Brasil de Fato* escreve: "Certamente não faltaram, ao longo de seu mandato, ataques e campanhas dos interesses conservadores e das elites tradicionais, inclusive por meio da imprensa comercial. Estes se expressaram na campanha eleitoral, por exemplo, com acusações de autoritarismo e corrupção que levariam o México inevitavelmente ao caminho da Venezuela e Nicarágua".

Em primeiro lugar, AMLO entrou com a força de uma história política que ele cultiva. No final da década de 1970, dirigiu o Centro Coordinador Indigenista e teve a oportunidade de conhecer a realidade das comunidades pobres e povos originários. Em sua militância política, liderou muitos movimentos de camponeses, indígenas e trabalhadores até se projetar nacionalmente.

Quando ele perdeu as eleições para governador de Tabasco, seu estado de origem, em 1994, denunciou fraude e organizou uma caravana de protesto, que ficou conhecida como "Êxodo por la Democracia" e que, durante 51 dias, atravessou 700 km para ocupar a praça central na Cidade do México, o Zócalo. Nos anos que se passaram desde então, utilizou em muitas ocasiões as mobilizações populares para mostrar força política".

Mobilização popular e a rica história das insurreições mexicanas formam o liame que sai vitorioso nas urnas. Não há similar nem na Venezuela nem na Nicarágua ou em qualquer outro país. É a incompreensão da multipolaridade que trabalha com as nacionalidades, com as culturas únicas formadas nas relações dialéticas das sociedades, suas miscigenações, e os ambientes físicos nos quais se desenvolvem.

Não necessariamente os articulistas, mas os órgãos de comunicação de massa para os quais trabalham não podem se afastar da globalização, da moeda única, unipolar.

A imprensa brasileira, nada nacionalista, insiste em denominar os que Washington identifica como inimigos de "ditadores". O maior estadista da atualidade, Vladimir Putin, demonstrado por três horas de verdadeiras aulas aos jornalistas internacionais, durante a entrevista coletiva no Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (SPIEF), em 8 de junho de 2024, que nenhum dirigente se arriscou, mesmos nas mais favoráveis circunstâncias, só acolhe este epíteto depreciativo, mesmo quando submetido a eleições periódicas.

Sheinbaum sucede AMLO

Claudia Sheinbaum não pretende repetir López Obrador. Primeiro, por terem personalidades diferentes; segundo, porque os tempos não são os mesmos. Mas a linha política não mudará, pois Claudia também ajudou a constituir o Morena. O que mais significativo ocorreu nos seis anos de AMLO? A consolidação do mundo multipolar. O que a imprensa neoliberal busca esconder.

Em junho de 2024, Putin colocou a Coreia do Norte na imprensa internacional. A maior arma da comunicação é o silêncio, ignorar a existência e feitos dos inimigos. O mundo unipolar trabalha como no tempo da bipolaridade russo-estadunidense. Se não for para atacar Kim Jong Um – cujo avô, Kim Il Sung, foi a grande líder, libertador da península coreana dos ocupantes japoneses, levando os EUA à construção do fantoche sul-coreano e da zona desmilitarizada – nada é publicado sobre a Coreia do Norte.

O México sabe seus limites, mas não recua em seus projetos. Energia é sempre, e para qualquer país, um desafio. O México, no biênio 2022/2023, foi o quinto maior incorporador de reservas de óleo e gás natural do mundo. Recordemos que neste período a Guiana, nas Américas, e Uganda, na África, entram para o rol dos países petrolíferos.

Outra questão que ganha cada vez maior relevância é a água doce, a água potável. A carreira acadêmica de Claudia, antes de entrar na política, foi no segmento da engenharia de energia e integrou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Pode-se esperar avanço importante neste setor.

Também, conforme declarações da presidente eleita, pretende encaminhar emenda constitucional sobre igualdade de gênero, tema que deve ganhar também maior destaque na sua gestão.

Ter vizinho os EUA é ter constantemente a questão da segurança, pública e nacional, em pauta. E, como cientista, Claudia Sheinbaum sabe a importância do desenvolvimento científico e tecnológico para ter sucesso neste setor, cada vez mais dependente de recursos da informática.

Muitas questões de natureza cultural são colocadas como desafio, mas a compreensão da história do México, dos eventos que marcaram seu povo, o que está na própria formulação do Morena, reduzem a dificuldade dos desafios que a direita e a extrema-direita impuseram na Argentina, e ameaçam no Brasil.

Enfim, pelo que narramos nestes três artigos, acreditamos que o caro leitor do **Monitor Mercantil** pode confiar ter no México o exemplo bem sucedido do processo de independência e de soberania política. Não será surpresa seu ingresso na Iniciativa do Cinturão e Rota (Nova Rota da Seda) e na Organização para Cooperação de Xangai.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Retorno ao presencial diminui vacância de aluguéis

A taxa de vacância no mercado de aluguéis de escritórios em São Paulo registrou queda de 2,1% no 2º trimestre de 2024, na comparação com igual período de 2023. Esse resultado representa a maior queda de vacância registrada, anualmente, na capital paulista desde 2019 – o ano anterior à pandemia, portanto – de acordo com o Secovi-SP, que faz a Pesquisa e Análise do Mercado de Locação de Escritórios em parceria com a CBRE. Um dos fatores da queda é o retorno ao trabalho presencial. Houve um aumento de 10 pontos percentuais na presença física nos escritórios de São Paulo entre junho de 2023 e junho de 2024, revela a pesquisa.

A restrição ao trabalho online ocorre de forma generalizada no país. Na Petrobras, a nova presidente, Magda Chambriard, determinou, em etapas, o retorno ao presencial – atualmente a ida aos escritórios da maior empresa brasileira só é obrigatória 2 vezes por semana. Para gerentes com funções gratificadas, o trabalho presencial será de no mínimo três dias por semana a partir de 1º de setembro de 2024.

Há 4 anos (14 de julho de 2020), em plena pandemia, esta coluna questionava: "Quanto tempo durará o trabalho em casa?". E fazia "um paralelo com o teletrabalho (ou home office, para os fãs de termos em inglês), que deixa de ser um nicho e passa ao papel principal em empresas de serviços, turbinado pela experiência durante a quarentena. Será?"

"As empresas veem no sistema uma forma de redução de custos; os trabalhadores, ganho do tempo gasto na condução e menos pressão. Mas há um quê de modismo, e, se ninguém sabe como será o 'novo normal', se é que ele existirá, apostar no trabalho em casa é precipitado." Há 4 anos, como agora, a conclusão é que convicções mudam como nuvens no mundo corporativo.

Financeiro e Saúde lideram

Além do retorno ao presencial, contribuiu para a queda da vacância na locação comercial em SP a "redução no volume de entregas e o expressivo aumento da absorção líquida nos últimos 12 meses, com um ganho 3,8 vezes maior frente ao resultado do período anterior (entre o 3º trimestre de 2022 e o 2º trimestre de 2023)", explica o Secovi.

Os setores Financeiro e Saúde continuam entre os principais tomadores de espaços comerciais na cidade. O setor de Tecnologia, bastante destacado em 2023, voltou a ocupar a terceira posição, desbancando o setor de Educação.

O preço médio pedido de locação para escritórios classificados como Classe A/A+ encerrou o primeiro semestre de 2024 em alta.

Faz jus ao nome

A Lei do Zoneamento (18.081/2024) da cidade de São Paulo tem uma quantidade significativa de erros: desde a delimitação de zonas que se sobrepõem e que, portanto, não é possível saber qual regra está valendo, até zonas que nem estavam demarcadas e sem determinação de uso.

A opinião é de Mariana Chiesa, advogada, professora do Insper e da FGV, consultora do BID e sócia da Manesco Advogados.

Rápidas

O LIV – Laboratório Inteligência de Vida realizará de forma gratuita o Encontro com Especialista, dia 31, às 19h. A doutora em educação Rafaela Paiva falará sobre como lidar com os conflitos nas escolas. Inscrições: digitaliv.com.br/LIVE-clima-escolar *** O barril de petróleo está perto de cair abaixo de US$ 80.

Haddad admite possível contingenciamento no Orçamento

Relatório de Receitas e Despesas será divulgado na próxima segunda

O Orçamento de 2024 "possivelmente" terá contingenciamento e bloqueio de verbas, embora os números ainda não tenham sido fechados, disse nesta terça-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas Já é comentado como certo que será da ordem de R$ 10 bilhões. Na próxima segunda-feira (22), o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas definirá o quanto o governo tem de contingenciar ou bloquear para cumprir os limites de gastos e a margem de tolerância do déficit zero, expressos no novo arcabouço fiscal.

"O Orçamento terá possivelmente tanto bloqueio, se alguma despesa superar os 2,5% [de crescimento acima da inflação]. Vocês vão lembrar que nós temos um teto que não pode ser superado, que é de 2,5%. Então esse trabalho está sendo feito para verificar o que vai precisar [cortar ou contingenciar]", disse o ministro.

"O que passar dos 2,5% tem de haver a contrapartida de bloqueio. E, no caso de [falta de] receita, é contingenciamento, porque estamos com essa questão pendente ainda do cumprimento da decisão do STF [Supremo Tribunal Federal] sobre a compensação (da desoneração da folha de pagamento)", acrescentou Haddad.

Segundo a Agência Brasil, tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo aumentam mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da inflação. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

O ministro comentou que os números do contingenciamento e do bloqueio do Orçamento de 2024 só deverão ser fechados nos próximos dias. Segundo Haddad, a reunião em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou o corte de R$ 25,9 bilhões em gastos obrigatórios referiu-se apenas à elaboração do Orçamento de 2025, que começou este mês.

"Não houve reunião com o presidente sobre 2024 ainda. Deixe-me falar que isso é importante. A reunião que nós fizemos duas semanas atrás com o presidente Lula foi sobre o Orçamento de 2025. Porque nós tínhamos que liberar cotas para os ministérios (para o próximo ano). Você entrega o orçamento dia 31 de agosto para o Congresso, mas a elaboração do Orçamento leva 60 dias dentro do Executivo", explicou Haddad.

Haddad falou com jornalistas antes de reunião com o presidente Lula no Palácio do Planalto, onde discutirá medidas para a indústria de alimentos. Após o ministro deixar o prédio, a assessoria do Ministério da Fazenda divulgou uma fala de entrevista do presidente Lula a TV Record em que o presidente se compromete com o cumprimento do arcabouço fiscal.

"Vamos fazer o que for necessário para cumprir o arcabouço fiscal. Eu dizia na campanha que íamos criar um país com estabilidade política, jurídica, fiscal, econômica e social. Essa responsabilidade, esse compromisso – posso dizer para você como se tivesse dizendo para um filho meu, para a minha mulher –, responsabilidade fiscal eu não aprendi na faculdade, eu trago do berço", disse o presidente Lula em trecho divulgado pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria de Comunicação do governo federal.

Mais cedo, a divulgação de outro trecho da entrevista provocou ruído no mercado financeiro. Na fala divulgada pela emissora, Lula dava a entender que poderia mudar a meta de déficit primário estabelecida pelo arcabouço. "É apenas uma questão de visão. Você não é obrigado a estabelecer uma meta e cumpri-la se você tiver coisas mais importantes para fazer. Esse país é muito grande, esse país é muito poderoso. O que é pequena é a cabeça dos dirigentes desse país e a cabeça de alguns especuladores", afirmou Lula para a emissora.

Desoneração da folha

Em relação à desoneração da folha de pagamento, cujo projeto que compensa as receitas está em análise pelo Senado, Haddad disse que está perto de fechar um acordo com o Senado. "Nós chegamos a um texto confortável para a Fazenda e estamos negociando com os senadores, que são quem tem de aprovar a compensação. Desde que feche a compensação, tem que fechar o número. Esse é o nosso problema, é fechar o número", declarou.

Na semana passada, Haddad disse que o projeto precisa apontar R$ 18 bilhões em fonte de aumento de arrecadação para compensar a prorrogação até 2027 da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de pequenos municípios. O número é inferior à estimativa inicial de R$ 26,3 bilhões.

Segundo Haddad, o Congresso precisará calcular o impacto para os quatro anos de prorrogação do benefício fiscal para trazer tranquilidade para os próximos anos. "Como é a escadinha da remuneração de quatro anos, eu tenho que ter um conjunto de medidas que compensem esse número. Aí, nós vamos ter um céu de brigadeiro, nós vamos ter tranquilidade para concluir a execução orçamentária deste ano e dos próximos em estabilidade. Se tudo correr como previsto, vamos apresentar um Orçamento em 31 de agosto muito confortável. Talvez o melhor dos últimos dez anos", concluiu o ministro.

Pacheco: prazo para analisar compensação da desoneração

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou nesta terça-feira o adiamento da votação da proposta sobre a compensação das perdas com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O acordo fechado entre o Congresso Nacional, o governo e representantes empresariais estava na pauta de votação do dia, mas deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar.

Segundo a Agência Brasil, pela manhã, a Advocacia-Geral da União e a Advocacia-Geral do Senado apresentaram uma petição ao Supremo Tribunal Federal pedindo a prorrogação do prazo dado pelo ministro Cristiano Zanin, que suspende o processo de desoneração da folha de 17 setores da economia por 60 dias. O prazo terminaria nesta semana, mas Pacheco disse que a solicitação foi para estender até o dia 30 de agosto

"Considerando o recesso e o reinício dos trabalhos no dia 5 de agosto, teríamos três semanas para poder amadurecer o projeto da desoneração, as fontes de compensação e dar tranquilidade de conhecimento prévio ao plenário do Senado Federal", explicou Pacheco. Inicialmente, a votação está adiada para amanhã, enquanto o Senado aguarda a decisão de Zanin.

Segundo Pacheco, ainda há uma indefinição em relação à concepção das fontes de compensação sugeridas pelo Senado. "Nos resta ter o consenso sobre a compensação desse acordo celebrado entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e talvez isso ainda não esteja suficientemente maduro para poder dar o conforto necessário ao plenário do Senado e futuramente ao plenário da Câmara de se votar essa matéria e virar essa página com um grande acordo entre os poderes", disse o presidente do Senado.

Índice de inadimplência de aluguel chegou a 3,53% em junho

De acordo com a pesquisa, o Nordeste lidera o ranking por região, com 5,60%, seguido do Norte (5,07%), Centro-Oeste (3,37%), Sudeste (3,16%), e Sul (2,59%). Entre os estados com maiores índices de inadimplência locatícia estão Paraíba, Amazonas e Sergipe com 13,89%, 13,59% e 7,83%, respectivamente. Já entre os estados com as menores taxas aparecem Espírito Santo (2,29%), Santa Catarina (2,26%) e Alagoas (1,37%). Nos imóveis residenciais, a maior taxa de inadimplência foi registrada em aluguéis acima de R$ 13 mil (7,92%), enquanto a menor foi de moradias de R$ 2 a R$ 3 mil (2,06%).

A última edição da pesquisa da Superlógica sobre dados de inadimplência, em junho, contou com dados de mais de 600 mil clientes locatários em todo o país, que possuem dívidas ou que pagaram o boleto com mais de 60 dias de atraso.

Já estudo elaborado com dados de 20 empresas do setor pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) apontou que as vendas de novos imóveis registraram uma alta de 43,7% no acumulado de 12 meses, encerrados em abril de 2024. Ao todo, foram comercializadas 179.861 unidades.

No período, o segmento de Médio e Alto Padrão (MAP) registrou um aumento de 13,7% no volume de unidades comercializadas e de 28,1% no valor de vendas. O valor total lançado teve uma alta significativa de 16,6%, reforçando a retomada nos lançamentos para o segmento. Atualmente, a duração dos estoques está em 12 meses, comparado aos 24 meses registrados no início de 2023, indicando que os estoques voltaram a níveis saudáveis, permitindo o retorno de novos projetos.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) apresentou um aumento significativo tanto na quantidade de unidades vendidas (56,9%) quanto no valor total de vendas ao longo dos últimos 12 meses (65%). Além disso, houve um acréscimo expressivo de 29,2% no valor de venda dos lançamentos. Vale destacar que as recentes medidas do governo, como o FGTS Futuro, estão fortalecendo o mercado de habitação popular e ampliando o acesso à moradia para famílias de menor renda.

Segundo Luiz França, presidente da Abrainc, com a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, o mercado imobiliário está ainda mais atento às implicações para os consumidores. "A entidade já vinha enfatizando a urgente necessidade de novas fontes de funding para expandir o acesso ao financiamento imobiliário, especialmente para a classe média. Com a proposta aprovada na Câmara, que deixou o Fator de Desconto sobre a Alíquota Modal para a incorporação em apenas 40%, podemos ver aumentos significativos na carga tributária sobre operações imobiliárias. Para mitigar esses efeitos, é necessário elevar o redutor para 60%, garantindo a manutenção da competitividade do mercado e facilitando o acesso à moradia para a população", destaca.

O executivo reforça que o setor, responsável por mais de 2,9 milhões de empregos formais e que representa 7% do PIB nacional, poderá ser severamente afetado pelo aumento proposto na carga tributária, que representa um acréscimo de 40% em relação ao nível atual, impactando nos custos de produção e, consequentemente, nos preços dos imóveis, os quais, aliados à falta de funding, criarão mais barreiras para o acesso da população à casa própria.

Atualmente, a relação distrato sobre venda no segmento de médio e alto padrão permanece em baixo patamar (11,9%). Quando a Lei dos Distratos foi sancionada, em 2018, essa relação era de cerca de 40%.

Comerciários conseguem aumento de salário

O Sindicato dos Comerciários do Rio, após diversas rodadas de negociações, garantiu o reajuste salarial acima da inflação para os comerciários do setor de gêneros alimentícios – hortifrutis e supermercados. Em assembleia, realizada na última quinta-feira, os trabalhadores aprovaram o aumento de 5,2%, além de outros benefícios, garantindo também o pagamento retroativo ao mês de maio, data-base da categoria.

Também foram conquistados benefícios como a inclusão do feriado de Corpus Christi, mesmo que a prefeitura decrete apenas ponto facultativo no dia. Até então, o comerciário trabalhava e não recebia a remuneração como feriado; a realização de homologações específicas no sindicato e, caso a empresa descumpra alguma cláusula da convenção, ao ser multada e pagar o valor, ele será dividido em 50% para o trabalhador e 50% para o sindicato.

O presidente do Sindicato dos Comerciários, Márcio Ayer, considerou os avanços uma vitória para a categoria. "O aumento real nos salários, nossa principal reivindicação, foi assegurado para os trabalhadores. Apesar das dificuldades nas negociações com os setores patronais, que queriam conceder apenas a inflação (3,23%), alcançamos nossa meta", afirma ele. "A economia está aquecendo, o setor de alimentos passa por um aumento nas vendas, então exigimos um índice que contemplasse o reajuste acima da inflação, como também cobramos o retroativo ao mês de maio".

Principais pontos conquistados na nova convenção: Reajuste de 5,2% a partir de novembro para quem ganha o piso, que passa de R$ 1.615,00 para R$ 1.680,00, a partir de maio. A partir de novembro de 2024, ele será de R$ 1.700,00; Retroativo de 4% (maio a outubro) para quem ganha o piso: R$ 1.680,00.

Condições de trabalho em dias de feriado: Carga horária: 8 horas; Após trabalho no feriado, a folga deverá ocorrer em 30 dias (meses de abril e novembro, com maior número de dias de feriados, a folga será em até 60 dias); Homologação: obrigatoriedade de homologação no sindicato em caso de renúncia ou indenização substitutiva dos trabalhadores com estabilidade na empresa (cipeiro, gestante, etc.); e Provas: inclusão de abono de falta para o trabalhador que realizar concurso público ou Enem, uma vez ao ano, desde que ele comunique com 45 dias de antecedência.

Juros altos afetam mais a indústria

As incertezas econômicas nos mercados externo e interno estão impactando vários indicadores, como câmbio, inflação e a expectativas para as taxas de juros deste ano. Se no primeiro trimestre os agentes financeiros chegaram a prever que a Selic, a taxa básica da economia, terminaria 2024 próxima de 9%, agora as previsões começam em 10%.

Uma Selic elevada tem várias consequências. No mundo real, impacta diretamente o crédito, pois os empréstimos e financiamentos ficam mais caros. Com isso, inibe o consumo, uma vez que o custo dos produtos e serviços aumenta. Neste ciclo, a roda da economia vai girando cada vez mais devagar.

"Forma-se uma espiral negativa em que o setor produtivo é duramente atingido", diz José Maurício Caldeira, membro do Conselho Administrativo da Asperbras Brasil, que atua em diversos segmentos da indústria, do agronegócio e dos serviços.

Porém, nem todos os segmentos econômicos são afetados da mesma forma por uma taxa elevada. Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) concluiu que o impacto dos juros altos é 60% maior na indústria de transformação.

Isso ocorre, no entendimento da entidade, porque a indústria não tem mecanismos alternativos de financiamento, ao contrário de outros setores, cujas empresas captam recursos diretamente no mercado. A indústria não tem Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), debêntures incentivadas (destinadas ao setor de infraestrutura), nem um Plano Safra.

"O setor industrial sente na veia quando os juros estão altos", diz José Maurício Caldeira. "E como é o setor que tem o maior multiplicador econômico, ou seja, o que mais irradia crescimento na economia, afeta bastante o desempenho do país como um todo".

Se tudo correr como o governo planeja, em breve o setor industrial poderá acessar uma nova modalidade de financiamento. No mês passado, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6235/2023, que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), instrumento que poderá dar um impulso à neoindustrialização.

Diferentemente das ferramentas de financiamento do agronegócio e do setor imobiliário, as empresas não farão captação de recursos diretamente no mercado. A LCD será emitida pelos bancos de financiamento, ou seja, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O limite será de R$ 10 bilhões por instituição financeira.

Pelo texto aprovado na Câmara, a LCD poderá financiar projetos de infraestrutura, da indústria, de inovação e direcionados a micro, pequenas e médias empresas. No longo prazo, as estimativas do governo são de que apenas o BNDES agregue à economia cerca de R$ 100 bilhões anuais em empréstimos com esse novo instrumento.

"Taxas de juros elevadas são um veneno para quem quer produzir e investir no Brasil", afirma José Maurício Caldeira, da Asperbras. "Por isso, precisamos de mais instrumentos de crédito, precisamos colocar mais alternativas no mercado, para que os empresários consigam recursos a juros compatíveis com a realidade do setor produtivo."

Principais empresas de turismo do RS lançam ação de retomada

Ajude agora, viva quando quiser! Este é o objetivo de uma articulação de vários parceiros do setor de turismo do Rio Grande do Sul para gerar impacto a curto prazo e colaborar com o turismo no Estado, já que o setor foi bastante afetado em função da tragédia climática do mês de maio. A expectativa é de que a campanha "Presente Serra Gaúcha" movimente em torno de R$ 1 milhão para os negócios locais.

A região foi escolhida como o foco desta primeira etapa devido à sua infraestrutura turística robusta e à presença de grandes parceiros, como Domnos Wine, do Grupo Famiglia Valduga, Vinícola Salton e Vinícola Miolo, de Bento Gonçalves; Vitivinícola Jolimont, de Canela; e Vinolab, de Gramado, entre outras marcas.

"Esta é a primeira etapa de uma campanha que quer colaborar com a retomada do turismo em todo o Rio Grande do Sul, abrangendo outras regiões do estado nas próximas fases do projeto", diz Thomas Fontana, CEO da Somos.RS, que atua para o desenvolvimento econômico do estado do RS, por meio da indústria do turismo.

Pelo site presenteserragaucha.com.br, o viajante pode escolher quais experiências quer viver e comprar os seus vouchers. Serão ofertadas mais de 100 opções, trazendo ao consumidor a oportunidade de adquiri-las com 20% de desconto e podendo vivenciá-las em cidades como Gramado, Canela, Nova Petrópolis, Bento Gonçalves, Garibaldi, entre outras. Lembrando que esses municípios estão preparados para receber turistas e proporcionar experiências memoráveis e com segurança.

A curadoria dos lugares foi feita pelo Viva o RS, uma plataforma que tem o objetivo de desbravar e divulgar o turismo do território gaúcho. Os vouchers estarão disponíveis para utilização imediata a partir da compra e sem data limite, proporcionando flexibilidade aos turistas na escolha do período de visitação.

A ação é uma parceria entre Sebrae RS, Viva o RS, Sicredi, Icatu, Grupo RBS, Wine Locals, Somos RS, Laçador de Ofertas, Brocker e Planne.

A relação de Lula com o BC de Meirelles e com o próximo BC

Por Jorge Priori

Conversamos com Sérgio Vale, diretor da MB Associados, sobre a relação do presidente Lula com o presidente do Banco Central (BC) dos seus dois primeiros mandatos, Henrique Meirelles, e sobre como deverá se dar a sua relação com o próximo presidente do BC, que será indicado por ele em substituição a Roberto Campos, cujo mandato terminará no dia 31/12/2024.

Durante seus dois primeiros mandatos, o presidente Lula teve um único presidente do BC: Henrique Meirelles. Nessa época, por mais que o presidente do BC fosse indicado pelo presidente da República, o BC teve autonomia operacional e houve uma relação harmoniosa entre as duas presidências. Na sua visão, o que formou e consolidou esse ambiente nesse período?

Nós precisamos entender que aquele momento era totalmente diferente do que estamos vivenciando agora. Há 20 anos, o presidente Lula estava começando a sua carreira na presidência, o que o fazia mais cauteloso e cuidadoso. Ele recebeu uma economia muito mais organizada, com um superávit primário extremamente alto e com um processo de reformas muito longo, além de uma certa estabilidade política. Naquele momento, o presidente Lula tinha um entorno muito proponente a manter o padrão de reformas, especialmente a parte econômica, que não era, essencialmente, só o Meirelles, mas, especialmente, o Antonio Palocci no Ministério da Fazenda e toda a equipe econômica que havia sido montada.

Havia alguns nomes heterodoxos, especialmente no BNDES e no Planejamento, mas o centro do núcleo econômico e do núcleo político do presidente pensava em manter o centro das reformas feitas, e no caso da questão fiscal, que é essencial aqui, seria mantida ainda mais. Por exemplo, no primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula, houve uma mudança da meta de superávit primário para cima (na época, passou de 3,75% para 4,25%).

Além dessas sinalizações terem sido muito boas, não podemos nos esquecer que o cenário internacional também era muito favorável. Do ponto de vista externo, em 2003 nós estávamos num mundo bastante positivo. A China estava começando a crescer, os Estados Unidos eram a liderança isolada, e a Europa estava em um movimento muito forte de crescimento, pois havia introduzido o euro. Nós também víamos isso nos mercados emergentes. O mundo estava num padrão de crescimento muito melhor, mais estável e mais sólido do que estamos vivendo hoje. Nesse sentido, aquele cenário era mais favorável para o presidente Lula.

De uma forma geral, em termos macroeconômicos, o que difere as duas primeiras presidências do presidente Lula para a terceira?

Atualmente, nós temos uma situação fiscal muito mais difícil, além do telhado de vidro de um longo governo do PT, com os mandatos dos presidentes Lula e Dilma, o que coloca dificuldades de comparação. A situação fiscal mais deletéria que temos agora é o grande centro das dificuldades e das preocupações, o que coloca também pressão em cima do BC.

No primeiro mandato do presidente Lula, com a questão fiscal bem consolidada, a taxa de juros foi caindo apesar de ter havido um susto do que seria o governo, o câmbio ter explodido e ter havido um repique de inflação. Na época, a Selic estava num patamar bem mais elevado, chegando a 26,5% no início do seu primeiro mandato, mas depois ela chegou a 13,25%, ou seja, ela caiu pela metade na sua primeira presidência.

Agora, nós estamos falando de uma Selic que continua elevada, 10,5%, que apesar de ter caído, não vai cair mais, e uma inflação mais baixa do que estava naquela época. Além de o presidente Lula ter uma percepção errada em relação à base do problema, que é a questão fiscal, que está mal encaminhada, há a diferença de modelo da Lei de Independência do BC (Lei Complementar nº 179/2021), com um presidente que não é escolhido pelo presidente da República de ocasião quando ele começa o seu mandato, pois o presidente do BC pega dois anos de mandato de dois presidentes diferentes (os dois anos finais de um presidente e os dois anos iniciais do outro) de forma a que se dê uma sinalização de independência, de fato, do BC, para que ele seja, eminentemente, técnico.

A questão política também atrapalhou bastante, pois Roberto Campos, de certa forma, politiza mais do que os presidentes que vimos no passado. Por exemplo, o próprio Meirelles e o Ilan Goldfajn não politizaram em nada. Eles eram técnicos. Roberto Campos não politiza nas suas ações, mas politiza indo votar com a camisa do Brasil ou se encontrando, recorrentemente, com a classe política, o que coloca um pouco de ruído. Para um presidente que é muito reativo a isso, como é o caso do Lula, esse cenário fica ainda mais estressado.

O momento é diferente, e o Lula está, de certa forma, mais isolado, com um entorno menos favorável ao que tínhamos no passado, e com dificuldades estruturais mais difíceis do que naquela época, o que coloca esse cenário de dificuldade de gestão de política econômica.

Em seu primeiro mandato, Lula não era tão distante, mas, de certa forma, ele virou um mito. A direita tem o seu mito com Bolsonaro, e a esquerda tem o seu mito com Lula, e, como todo mito, Lula é quase inatingível e se tornou um oráculo. Hoje, não há o que havia no seu primeiro mandato, que era uma espécie de cúpula, com José Dirceu, Luiz Gushiken e Palocci. Esse grupo funcionava como um conselho que, de fato, era ouvido por Lula. Naquele momento, esses conselheiros estavam indicando o País por um caminho mais correto. Como isso mudou, isso dificulta muito a vida do próprio governo.

Considerando a forte possibilidade de que o próximo presidente do BC seja Gabriel Galípolo e a autonomia do BC, você acredita que seja possível repetir a relação que havia entre a presidência da República e a presidência do BC nos dois primeiros mandatos do presidente Lula?

Eu acho que sim. É provável que haja uma normalização da relação, pois será um presidente do BC escolhido pelo atual presidente da República. O Meirelles tinha muita rixa naquela época, mas era diferente, pois o Lula o havia escolhido e o ele nunca politizava. Meirelles sempre ficava numa posição muito equilibrada e técnica, apesar de ser um presidente do BC que, vamos lembrar, havia sido eleito deputado federal pelo PSDB em 2002. Meirelles foi eminentemente técnico ao longo desse período e nunca houve essa discussão de que ele estaria agindo como oposição e sendo político.

MB Associados

Sérgio Vale

Como a politização subiu de tom, isso dificulta ainda mais a vida do BC daqui pra frente, pois sempre vai ficar a ideia de que ele está tomando as suas decisões para agradar ou não ao governo. A Lei de Independência do BC, de certa forma, protege isso, mas o que precisamos acompanhar é que o BC que está surgindo tem sim um viés mais heterodoxo, pois não dá para descartar a formação das pessoas. A maior parte do atual BC, e nós precisamos esperar os nomes que vão entrar no final do ano, tem uma visão de base mais heterodoxa.

Para o BC que temos agora, o mandato continua sendo relacionado, muito intensamente, à inflação, mas o próximo BC, talvez, dê um pouco mais de atenção ao crescimento. Isso não significa uma leniência total com a inflação e a taxa de juros, mas eu acho que vai haver um certo conforto em deixar a inflação rodar entre 4% e 4,5%, que é o teto da meta de inflação.

Na percepção do mercado, o próximo BC, com uma visão mais heterodoxa, vai estar confortável em manter a inflação nesse patamar, com uma Selic em torno de 10%, um pouco mais, um pouco menos, o que seria suficiente.

Não vai haver nenhuma explosão da inflação, mas esse é um cenário em que vamos conviver com uma inflação que vai ficar bastante próxima do teto. Nesse sentido, será como uma mini-Dilma. Na sua época, o BC era bastante técnico, mas, por conta das pressões políticas, nós tivemos uma inflação permanentemente no teto, já que ela não saía de 6,5%. Isso deve acontecer de novo.

Nós temos que esperar a confirmação dos nomes dos três próximos membros para termos uma percepção, de fato, de que BC vamos ter pela frente. O próximo BC vai viver muito pressionado por um cenário fiscal, que não está bem evoluído, e por um presidente que vai estar se aproximando de uma eleição complicada. Como essa pressão será maior que a vivida por Meirelles lá atrás, será preciso ter mais sangue frio do que ele teve.

PRO FERTIL CENTRO DE MEDICINA REPRODUTIVA S.A.

CNPJ: 09.518.542/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023

Descrição	Exercício Atual
ATIVO	**6.713.017,06D**
CIRCULANTE	4.519.446,92D
DISPONÍVEL	358.515,88D
BENS NUMERÁRIOS	358.515,88D
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	4.160.931,04D
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	2.970.597,41D
ESTOQUE	432.734,36D
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUPERAR	757.599,21D
ATIVO PERMANENTE	**2.193.570,14D**
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS	2.193.570,14D
IMOBILIZADO	2.193.570,14D
PASSIVO	**6.713.017,06C**
CIRCULANTE	**4.986.663,61C**
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**67.682,53C**
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**1.974.715,91C**
IMPOSTOS A RECOLHER	1.029.615,45C
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	103.312,60C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	841.787,86C
FORNECEDORES	**1.910.823,31C**
FORNECEDORES NACIONAIS	1.910.823,31C
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	**1.033.441,86C**
EMPRÉSTIMOS EM MOEDA NACIONAL	1.033.441,86C
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**246.200,00C**
EXIGÍVEL	246.200,00C
EMPRÉSTIMOS LONGO PRAZO	246.200,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.480.153,45C**
CAPITAL SOCIAL	28.800,00C
CAPITAL SOCIAL NACIONAL	28.800,00C
RESERVAS	**1.393.058,34C**
RESERVAS DE CAPITAL	795.200,00C
RESULTADO OPERACIONAL	597.858,34C
OUTRAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**58.295,11C**
CONTAS DE AJUSTES	58.295,11C

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS	**9.459.347,09C**
DESPESAS + CUSTO	**8.025.049,31D**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.434.297,78**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 01/01/2023 A 31/12/2023

CONTAS DE RESULTADO	
RECEITAS	11.870.921,05C
RECEITAS OPERACIONAIS	**11.870.921,05C**
IMP. INCIDENTES S/ VENDAS E SERVS.	990.822,75D
IMPOSTOS INCIDENTES	**990.822,75D**
CUSTOS SOBRE AS VENDAS	1.453.076,98D
CUSTOS OPERACIONAIS	**1.453.076,98D**
	9.427.021,32C
RECEITAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	
RECEITAS OPERACIONAIS	
RECEITAS FINANCEIRAS	8.712,31C
RECEITAS OPERACIONAIS	8.712,31C
OUTRAS RECEITAS	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3.173,46C
OUTRAS RECEITAS N/ OPERACIONAIS	20.440,00C
OUTRAS RECEITAS	23.613,46C
Total – RECEITAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	32.325,77C
Total – CONTAS DE RESULTADO	9.459.347,09C
DESPESAS OPERACIONAIS	7.806.804,88D
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	218.244,43D
Total – DESPESA OPERACIONAL	8.025.049,31D
Total – DESPESAS	8.025.049,31D

Niterói, 31 de dezembro de 2023

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Felipe Monnerat Lourenço
Presidente
CPF: 107.299.217-51 RG: 02965034807 - Data da Expedição: 14/03/2014

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

PAIVENSE CONTABILIDADE LTDA - CRC: 025694/O-1 - CNPJ: 28550168/0001-90
Joaquim da Silva Rocha - Contador - CPF: 323.662.807-34 - CRC: 025694/O-1
RG: 025694 - Data de expedição: 21/07/2008

PIB: FGV vê crescimento de 0,3% em maio

Consumo das famílias cresceu 4,6% no trimestre

Medido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Monitor do PIB aponta crescimento de 0,3% da atividade econômica em maio em comparação a abril. Na comparação interanual a economia cresceu 1,3% em maio e 1,9% no trimestre móvel encerrado em maio. A taxa acumulada em 12 meses até maio foi de 2,4%.

"O crescimento da economia em maio, na comparação com abril, teve forte influência do desempenho do consumo das famílias, que registrou a maior alta do ano neste mês. Os investimentos também cresceram nesse período. Esses fatos revelam uma demanda interna aquecida. Do ponto de vista da produção o cenário é um pouco diferente.

Dentre as três grandes atividades econômicas, apenas a agropecuária teve crescimento, enquanto a indústria e o setor de serviços se mostraram estáveis. Este cenário mostra que embora a demanda interna esteja aquecida, a capacidade produtiva interna não demonstra a mesma força", segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa. O consumo continua crescendo em todas as categorias, porém com maior influência do consumo de serviços e de produtos não duráveis.

"Apesar disso, nota-se que a trajetória ascendente observada desde o início do ano, foi interrompida, o que pode indicar perda de fôlego do consumo. Apenas o consumo de produtos não duráveis cresceu entre o trimestre móvel que terminou em abril e trimestre móvel findo em maio", diz o estudo.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 4,5% no trimestre móvel terminado em maio. Continuando o padrão já observado no trimestre móvel anterior, todos os componentes contribuíram positivamente para esse crescimento da FBCF. Apesar disso, cabe destacar que o segmento da construção diminuiu sua contribuição para o crescimento desse componente nesse período.

Após ter apresentado forte contribuição ao longo de 2023, a exportação de produtos agropecuários contribuiu negativamente para a taxa trimestral interanual móvel de maio da exportação. Isto ajuda a explicar a forte redução do ritmo de crescimento das exportações.

Outro fator que colaborou para esta redução são as menores contribuições das exportações de produtos da extrativa e de bens de consumo. Já o crescimento de 10,3% da importação foi influenciado pelo crescimento de todos os seus componentes. Os principais destaques foram o crescimento da importação de serviços e de bens intermediários.

Em termos monetários, estima-se que o PIB, até maio de 2024 em valores correntes, tenha sido de R$ 4,528 trilhões. A taxa de investimento em maio de 2024 foi de 18,0%, na série a valores correntes; pouco acima da taxa de investimentos média desde 2000.

Encerrado o primeiro semestre de 2024, as projeções para a economia brasileira nos próximos seis meses apontam para uma expectativa menos otimista, com limitação para a queda da taxa Selic, hoje em 10,5% ao ano, e dúvidas sobre o arcabouço fiscal.

"Começamos o ano com expectativa muito alta, mas o humor mudou muito, os juros não vão cair tanto quanto o mercado estava esperando. No começo de 2024, a expectativa era que a taxa de juros caísse para 9% até o final do ano, mas hoje estamos falando em manter a taxa de juros em 10,5% no melhor dos cenários", afirma Vinícius Carmona, sócio e diretor de Relações com Investidores do banco de investimentos BR Partners.

Ele lembra que o primeiro trimestre de 2024 deu continuidade a um cenário benigno que já vinha desde o quatro trimestre de 2023, com mercado de dívidas bastante aquecido. Porém, no último Boletim Focus, divulgado na última semana pelo Banco Central, a expectativa para a inflação deste ano subiu de 3,98% para 4,00%, em uma sequência de altas. Para 2025, a projeção também aumentou de 3,85% para 3,87%. A projeção do PIB para 2024 permanece em 2,09%.

"Os resultados econômicos em curto prazo dependerão se o governo de fato vai conseguir cumprir a meta de gastar até 2,5% acima da inflação. Temos avanços positivos em alguns mercados em que o banco atua, mas outros em que não atua, como o ECM (mercado de capitais de ações), por exemplo, aguardam as oscilações dos juros do Brasil e do exterior", diz Carmona.

"Em comparação do primeiro trimestre de 2023 com o primeiro tri de 2024, vemos mais possibilidades do que ano passado. Pelo período ter começado relativamente positivo, ainda é possível que o mercado avalie os próximos meses como um horizonte afirmativo", completa o executivo.

Cade vai apurar ato de concentração entre Azul e Gol

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, na segunda-feira (15), procedimento para apuração de ato de concentração (APAC) relacionado ao acordo de cooperação comercial (codeshare) entre as empresas aéreas Azul e Gol, anunciado em 23 de maio deste ano. As companhias firmaram acordo de compartilhamento de voos. A parceria inclui rotas domésticas exclusivas e não é válida para trechos atendidos por ambas as empresas.

No último dia 11 de julho, a Gol divulgou em seu site que os seus clientes já poderiam adquirir bilhetes de voos operados pela Azul por meio do acordo comercial de codeshare. De acordo com a Gol, inicialmente foram contempladas cinco rotas ligando cidades do interior do Brasil atendidos pela Azul a aeroportos já operados pela GOL para voos a partir de 20/07/24. Desde o dia 11, outros 15 voos com conexão entre capitais atendidas pela Gol e cidades do interior operadas pela Azul serão somados ao leque de opções aos clientes para viagens a partir de 10/08/24.

De acordo com o Cade, ao final das investigações, a autarquia poderá decidir pelo arquivamento do APAC, pela consumação da operação em desacordo com a Lei da Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011) ou ainda pode decidir pela abertura de processo administrativo.

Em caso de condenação por consumação antes da apreciação do Ato de Concentração pelo Cade, poderá ser fixada pena de multa pecuniária, cujos valores variam entre R$ 60 mil e R$ 60 milhões, além da determinação de notificação do ato ao Cade.

O APAC é um instrumento utilizado pela autoridade antitruste brasileira para averiguar Atos de Concentração de notificação obrigatória que, eventualmente, tenham sido consumados antes de apreciação pelo Cade.

De acordo com o Cade, a abertura do processo não significa necessariamente que o ato deverá ser notificado ou que haja problemas concorrenciais. Ao final de sua apuração, caso assim entenda, a Superintendência-Geral encaminhará o caso ao Tribunal do Cade para julgamento.

Transição Energética é tema de novo livro do Ineep

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) e a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES) farão, na próxima terça-feira (23), às 18 horas, lançamento online do livro "Transição Energética: geopolítica, corporações, finanças e trabalho". A obra, composta por seis capítulos com artigos sobre o momento atual das transformações energéticas, resulta de trabalho de fôlego de pesquisadores do Instituto e convidados especialistas no tema.

O lançamento será transmitido pelos canais do Youtube da FES e do Ineep, sob a mediação de Fabio El-Khouri, coordenador de projetos da Fundação. Os autores participarão do evento e conversarão sobre cada um dos capítulos do livro.

Para o Ineep, a transição energética deve ser entendida sob as lentes da economia política, isto é, a partir da investigação das disputas geopolíticas e dos múltiplos atores e interesses envolvidos no processo. O livro destaca a necessidade de um protagonismo do Estado na coordenação das políticas industrial e energética com objetivo de garantir o interesse nacional. No caso do Brasil, para o Ineep, a transição energética deve ser um vetor de um desenvolvimento nacional soberano, inclusivo e justo.

O livro joga luz sobre as múltiplas dimensões da transição e sobre as transformações, que já ocorrem, sob a geopolítica global, as corporações, as finanças e o mundo do trabalho, além de apresentar a evolução do conceito, das lutas pela agenda da transição justa e como o Brasil se coloca no processo.

Edição

Editado pela Telha, o livro tem 190 páginas, prefácio do ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates e foi organizado por Mahatma Ramos dos Santos, Ticiana de Oliveira Alvares e Isadora Coutinho, da equipe do Ineep, e por Rodrigo Leão, ex-diretor do Instituto. Os temas estão distribuídos da seguinte forma:

Capítulo 1: "Interpretações sobre a transição energética e o papel dos atores centrais: a visão do Ineep" (Rodrigo Pimentel Ferreira Leão e André Pimentel Ferreira Leão);

Capítulo 2: "A distinta estratégia de transição energética nas majors da Europa e dos Estados Unidos" (Rodrigo Pimentel Ferreira Leão, Rafael Rodrigues da Costa e André Pimentel Ferreira Leão);

Capítulo 3: "Economia política da transição energética: um olhar sobre os atores não convencionais" (José Sergio Gabrielli de Azevedo e Rodrigo Pimentel Ferreira Leão);

Capítulo 4: "Fundos verdes, militância de acionistas e contabilidade na transição energética" (José Sergio Gabrielli de Azevedo);

Capítulo 5: "Brasil, transição justa e empregos verdes; uma agenda em construção" (Isadora Coutinho, Mahatma Ramos dos Santos e Ticiana de Oliveira Alvares; e

Capítulo 6: "A urgência climática e os trabalhadores: a vivência de Candiota" (Nelson de Chueri Karam e Luisa Cruz).

Vale: Relatório de Produção e Vendas 2T24

O desempenho da Vale no segundo trimestre deste ano (2T) foi marcado por um aumento significativo de 7,3% ao ano nas vendas de minério de ferro e por um desempenho consistente do S11D, alcançando recorde de produção para um segundo trimestre. No cobre, a produção em salobo aumentou 8% a/a. No níquel, a produção proveniente de Voisey's Bay aumentou 41% a/a devido ao ramp-up de VBME.

A produção de minério de ferro atingiu 80,6 Mt no T2, 1,9 Mt maior a/a, suportado pela performance robusta do S11D e Vargem Grande. O desempenho deste trimestre reforça a nossa confiança em atingir o limite superior de guidance de produção para 2024. A produção de pelotas totalizou 8,9 Mt, ligeiramente menor a/a. As vendas de minério de ferro atingiram 79,8 Mt, 5,4 Mt (+7,3%) maior a/a.

A produção de cobre totalizou 78,6 kt, em linha a/a, uma vez que o melhor desempenho de Salobo 1&2 e Sossego foi compensado pela manutenção bianual em Sudbury. A produção de níquel totalizou 27,9 kt, 24% menor a/a, refletindo principalmente a estratégia de manutenção programada nas plantas de processamento de níquel.

Petroleiros podem ter que devolver R$ 2 bi para a Petrobras

Cerca de 7.500 petroleiros na ativa e aposentados, da Bacia de Campos (RJ), deve devolver para a Petrobras R$ 2 bilhões relacionados à ação de Repouso Semanal Remunerado (RSR). Esse é o montante que a estatal pede de um acordo trabalhista transitado em julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, posteriormente anulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os atuais gestores da Petrobras, com a posse da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, resgataram essa pauta, que para os trabalhadores estava pacificada e encerrada. De acordo com o coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), Sergio Borges, o sindicato se surpreendeu com a notícia e classificou-a como absurda, especialmente por se tratar de uma decisão já transitada em julgado.

"Não dá pra confiar no Judiciário porque nossa ação já tinha transitado em julgado, não cabendo recurso, e a gente perdeu basicamente no tapetão. A empresa inventou um recurso que nunca ninguém aplicou e o STF, que navega de acordo com os ventos que sopram na conjuntura, e estava soprando com a direita [governo de Jair Bolsonaro], aceitou essa ação", frisa Borges.

Com a notícia, os petroleiros já pensam em entrar em greve e uma reunião de urgência pode ser realizada. "Vamos tentar o processo negocial encaminhando para uma área de conciliação e tentar um acordo junto ao Tribunal Regional do Trabalho [TRT], do Rio de Janeiro, mas ao mesmo tempo vamos mobilizar a nossa base de trabalhadores e construir uma greve, caso a gente não consiga chegar num acordo", conta.

Ação

Esta ação começou em 2010 para que a Petrobras pagasse o reflexo das horas extras no repouso semanal remunerado, o que significou, por exemplo, que a cada R$ 100 que o trabalhador fizesse de hora extra, como reflexo receberia R$ 150, o que a estatal não estava pagando.

De acordo com Borges, os petroleiros ganharam a ação nas 1ª e 2ª instâncias dos Tribunais do Trabalho e na 3ª, o TST, que é a última. O próprio Supremo manteve, a princípio, a posição do TST, e os petroleiros passaram a cobrar a incidência sobre as horas extras do passado, e também receberam. Entretanto, a Petrobras recorreu novamente ao STF com uma ação rescisória, que não julga o mérito da ação original, mas julga o processo judicial.

"Se o juiz foi conduzido, se foi parcial ou não, todo o processo judicial ocorreu de acordo com os trâmites judiciais previstos. Por incrível que pareça, e isso é uma coisa rara de se ver, o Judiciário decidiu que tudo o que foi julgado nas três instâncias não valia nada e derrubou toda a ação. Mas era época do governo Bolsonaro e o Judiciário fez isso. O STF aceitou o recurso da ação rescisória da Petrobras e derrubou o julgamento inteiro, que foram anos de processo, com vários advogados de trabalhadores e de sindicatos. Derrubou tudo!", reclama Borges.

A sentença da ação que a Petrobras ganhou foi em 2022 e a Justiça não deixou claro se a Petrobras poderia, ou não, cobrar o que foi pago, mesmo para aqueles que receberam de boa fé.

"Tem petroleiro que chegou a receber até R$ 800 mil, mas quase a metade desses 7.500 trabalhadores estão aposentados. Eles receberam depois que a ação transitou em julgado e foi de boa fé. Como eles vão pagar esses valores hoje?", questiona.

A Petrobras diz que não pode deixar de cobrar os valores porque isso seria impropriedade administrativa, o que é questionado pelos sindicatos.

"Qualquer dívida trabalhista, seja por parte do trabalhador ou da empresa, deve ser cobrada até em dois anos e a da Petrobras vence no próximo mês de agosto. Então, a empresa resolveu entrar com uma ação de execução cobrando tudo que os trabalhadores receberam faltando pouco tempo para perder a validade", explica Borges.

Pela legislação, o Repouso Semanal Remunerado (RSR) é de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, garantido a todo trabalhador urbano, rural ou doméstico. O valor é pago de acordo com total das horas extras do mês dividido pelo número de dias úteis no mês multiplicado pelos domingos e feriados do mês.

FUP defende regras negociadas para o teletrabalho

Duas semanas após a Federação Única dos Petroleiros (FUP) cobrar explicações da Gerência de Recursos Humanos da Petrobras sobre os diversos questionamentos feitos pela categoria a respeito de alteração unilateral no teletrabalho, a empresa respondeu nesta terça-feira, ao documento encaminhado no dia 03 de julho.

O RH afirmou que, "diferentemente do que vem sendo veiculado", a Petrobras "não tem planos para finalização" do modelo híbrido que foi adotado desde a pandemia da Covid-19. No documento enviado à FUP, a empresa ressalta ainda que "para os empregados sem função gratificada as condições previstas atualmente para o teletrabalho seguem mantidas".

A Petrobras também afirma que manterá o teletrabalho integral "para empregados com deficiência, pai/mãe ou responsável legal por crianças e adolescentes com deficiência e, de forma temporária, para empregados em condições críticas de saúde".

Em relação aos trabalhadores com funções gratificadas, a companhia informa que: "para Gerentes Executivos, Gerentes Gerais e Gerentes o trabalho presencial será de no mínimo três dias, por semana, a partir de 01 de setembro de 2024. Para as demais funções gerenciais como Gerentes Setoriais, Coordenadores, Consultores, Supervisores as condições previstas atualmente para o teletrabalho seguem mantidas."

Apesar do compromisso da atual gestão em preservar as conquistas da categoria em relação ao teletrabalho integral, o RH não respondeu os pleitos da FUP de negociar coletivamente com as representações sindicais um regramento para o teletrabalho que atenda às necessidades dos trabalhadores e também da companhia.

A FUP reitera a importância de um regramento negociado dentro do ACT e que seja extensivo para todos os trabalhadores e trabalhadoras, independentemente de ter ou não função gratificada.

Equatorial será investidora estratégica da Sabesp

Com atuação restrita a 16 cidades do Amapá desde 2022, mediante concessão com prazo de 35 anos e investimento de R$ 3 bilhões, a Equatorial Participações e Investimentos foi confirmada nesta terça-feira como investidora de referência no processo de privatização da Empresa Paulista de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a maior empresa de saneamento do país, que presta serviço a 375 municípios, com 28 milhões de clientes.

De acordo com o governo paulista, a Equatorial, a única empresa a apresentar proposta para assumir o posto de investidor de referência, cumpriu as exigências previstas no prospecto da oferta pública de ações para adquirir o bloco prioritário de 15% das ações da companhia de saneamento.

A Equatorial propôs investir cerca de R$ 6,9 bilhões pelos 15% das ações da Sabesp. O preço para cada ação, oferecido pela Equatorial, ficou em R$ 67, abaixo do valor atual das ações da Sabesp, atualmente mais de R$ 80, mas acima do preço mínimo estipulado pelo governo do estado nos contratos de privatização, que ainda não foi tornado público.

"A Equatorial é uma empresa multi-utilities, com reputação no mercado e capacidade de investimento, que certamente auxiliará para que consigamos atingir os objetivos da desestatização", disse a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo, Natália Resende.

Na área de saneamento, a Equatorial atua no Amapá, por meio da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA), em operação desde 12 de julho de 2022, atendendo aproximadamente 800 mil pessoas.

FGTS: lucro recorde de R$ 23,4 bi em 2023

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) teve, em 2023, lucro recorde de R$ 23,4 bilhões, quase o dobro dos R$ 12,1 bilhões registrados no ano passado. O Conselho Curador do Fundo aprovou nesta terça-feira o balanço do FGTS no ano passado.

No próximo dia 6, o Conselho Curador reúne-se novamente para definir a parcela do lucro a ser repartida entre os trabalhadores. Em 2023 e 2022, 99% do lucro foi distribuído aos cotistas. Em 2021, 96% do resultado positivo foi partilhado.

Do lucro total, R$ 16,8 bilhões decorrem do lucro recorrente do FGTS, resultante de aplicações do fundo em títulos públicos e em investimentos em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde. Os R$ 6,6 restantes decorrem da restruturação do fundo que financia a reconstrução do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. O acordo foi assinado em agosto do ano passado para dar prosseguimento às obras na região portuária, que se estendem desde 2010.

Segundo a Agência Brasil, a Caixa Econômica Federal tem até 31 de agosto para creditar a parcela dos lucros do FGTS repartida entre os cotistas. O dinheiro é distribuído proporcionalmente ao saldo em cada conta em nome do trabalhador em 31 de dezembro do ano anterior.

Pela legislação, o FGTS rende 3% ao ano mais a taxa referencial (TR). Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o fundo deverá ter correção mínima pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mas a correção não é retroativa sobre o estoque das contas e só vale a partir da publicação do resultado do julgamento.

Se o resultado da distribuição do lucro por trabalhador e do rendimento de 3% ao ano mais a TR ficar menor que a inflação, o Conselho Curador é obrigado a definir uma forma de compensação para que a correção alcance o IPCA. O rendimento definitivo do FGTS em 2023 só será conhecido após a distribuição dos lucros.

O trabalhador pode verificar o saldo do FGTS por meio do aplicativo FGTS, disponível para os telefones com sistema Android e iOS. Quem não puder fazer a consulta pela internet deve ir a qualquer agência da Caixa pedir o extrato no balcão de atendimento.

O banco também envia o extrato do FGTS em papel a cada dois meses, no endereço cadastrado. Quem mudou de residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço.

Liquidação em moeda local fortalece o benefício mútuo no comércio exterior

Por Lin Zihan, *Diário do Povo*

Foto de Da Peng

O terceiro jato ARJ21 de fabricação nacional entregue pelo China Aircraft Leasing Group à TransNusa da Indonésia chega a Jacarta na noite de 31 de maio. Esta é a primeira transação transfronteiriça para uma aeronave doméstica liquidada em yuan chinês

Recentemente, uma aeronave de fabricação chinesa alugada pela Indonésia chegou a Jacarta, Marcando o primeiro arrendamento transfronteiriço da China de uma aeronave local liquidada em yuan chinês offshore. À medida que a China chega a acordos com mais parceiros comerciais e reforça a utilização de moedas locais no comércio internacional e nas transações financeiras, espera-se que as transações transfronteiras entre a China e outros países gozem de maior conveniência. Isto proporcionará novas oportunidades para a cooperação em matéria de comércio e investimento bilateral e regional.

Cai Qingfeng, professor da Escola de Economia da Universidade de Xiamen e vice-reitor do Instituto de Pesquisa do Cinturão e Rota da universidade, disse que o uso da liquidação em moeda local se alinha com o crescente comércio entre a China e os países e regiões relevantes, refletindo o aumento da demanda por comércio.

"A China se tornou o principal parceiro comercial de mais de 140 países e regiões, com o seu comércio total de mercadorias classificado em primeiro lugar no mundo. A China manteve o maior parceiro comercial da Asean durante anos. É também o maior parceiro comercial de África e o segundo maior da América Latina", disse Cai.

A China tem relações econômicas e comerciais estreitas com as principais economias do mundo, e a sua economia está profundamente integrada nas cadeias industriais, de abastecimento e de valor globais, observou ele. "Isso proporciona uma ampla gama de cenários de aplicação e demanda prática para promover a liquidação em moeda local", disse Cai.

A China e os países relevantes alcançaram resultados frutíferos nos acordos bilaterais de liquidação em moeda local. Em setembro de 2021, o Banco Popular da China e o Banco da Indonésia anunciaram o lançamento de um quadro de cooperação para promover a utilização de moedas locais para a liquidação do comércio bilateral e do investimento direto entre a China e a Indonésia. Isto fez da Indonésia outro país parceiro do Cinturão e Rota para estabelecer um acordo bilateral de liquidação em moeda local com a China, seguindo o Vietnã, Laos, Rússia e outros seis países.

No início de 2023, a China e o Brasil assinaram um memorando de cooperação para implementar gradualmente o acordo de compensação do yuan no Brasil. O Brasil anunciou que realizaria acordos comerciais bilaterais com a China usando moeda local.

Em março de 2023, empresas chinesas e francesas concluíram o primeiro comércio transfronteiriço de gás natural liquefeito liquidado em yuans.

"A liquidação em moeda local, impulsionada pela procura de trocas econômicas e comerciais, é uma escolha mutuamente benéfica que se alinha com os interesses de ambas as partes", disse Zou Jingxian, professor-associado da Academia Nacional de Desenvolvimento e Estratégia da Universidade Renmin da China.

A China tem laços econômicos e comerciais estreitos com os países parceiros do Cinturão e Rota e outros membros da Parceria Econômica Regional Abrangente, disse Zou, acrescentando que a procura de comércio fornece uma base sólida para promover a cooperação na liquidação da moeda local entre a China e os seus parceiros estrangeiros.

"O uso da liquidação em moeda local pode agilizar o processo de câmbio, reduzir os custos econômicos e de tempo das transações e proporcionar conveniência para o comércio transfronteiriço. Ao mesmo tempo, a liquidação em moeda local ajuda a evitar os riscos cambiais causados pelas flutuações no valor do dólar americano, reduzindo assim as perdas cambiais e aliviando a pressão sobre as reservas cambiais", disse Cai.

"O uso da liquidação em moeda local incentivará as empresas brasileiras a participarem ativamente da cadeia industrial chinesa, especialmente em áreas como veículos elétricos, energia limpa, biotecnologia e agricultura de precisão", disse Marcos Pires, diretor do Instituto de Economia e Estudos Internacionais da Universidade Estadual Paulista do Brasil. Do ponto de vista financeiro, a liquidação em moeda local pode gerar uma quantidade significativa de capital em reais brasileiros e em yuans chineses, impulsionando assim o investimento direto, acrescentou Pires.

De acordo com dados do Banco Popular da China, as receitas e pagamentos transfronteiriços da China em yuans chineses totalizaram 52,3 bilhões de yuans em 2023, um crescimento anual de 24,2%. Em particular, os pagamentos transfronteiriços em yuans para o comércio de mercadorias representaram 25% do total de pagamentos transfronteiriços para o comércio de mercadorias em moedas nacionais e estrangeiras durante o mesmo período, um aumento de 7% em comparação com 2022.

Até o final de 2023, a cobertura do Sistema de Pagamentos Interbancários Transfronteiriços expandiu-se para 182 países e regiões em todo o mundo.

Novo desenvolvimento da China significa oportunidades para o mundo

Por He Yin, *Diário do Povo*

As instituições internacionais têm estado otimistas em relação à economia da China e aumentaram as suas previsões para o crescimento do país, afirmando que a China testemunhou uma expansão comercial impressionante, um crescimento fora das expectativas na indústria transformadora e dados macroeconômicos estáveis. Isto demonstra plenamente a confiança da comunidade internacional na economia chinesa.

A China criou e vem consolidando um impulso para a recuperação e o crescimento econômico, aumentando a confiança em todo o mundo e criando novas oportunidades para que múltiplas partes se beneficiem do seu desenvolvimento.

A comunidade internacional mantém uma perspectiva positiva sobre a economia chinesa. Recentemente, o Banco Mundial elevou a sua previsão para o crescimento econômico da China em 2024 para 4,8%, 0,3% acima da previsão anterior. O Fundo Monetário Internacional (FMI) também reviu em alta as perspectivas econômicas da China para 5%, 0,4% acima da previsão anterior.

De acordo com uma atualização semestral do relatório sobre a Situação Econômica Mundial e Perspetivas de janeiro de 2024, divulgado pelas Nações Unidas em 16 de maio, as perspetivas para a China registraram um pequeno aumento, com um crescimento esperado de 4,8% em 2024, em comparação com 4,7% na previsão de janeiro de 2024.

Instituições financeiras internacionais como o Banco Asiático de Desenvolvimento, Goldman Sachs, Morgan Stanley e UBS revisaram recentemente em alta a previsão de crescimento da China em 2024. Todos estes indicadores demonstram que a China continua sendo um importante estabilizador e uma força motriz do crescimento econômico global.

A base para o crescimento econômico estável da China está continuamente consolidada. Desde o início deste ano, a economia chinesa tem se recuperado e melhorado de forma constante. No primeiro trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu 5,3% em termos anuais, com três motores do crescimento econômico – consumo, investimento e exportações – apresentando um bom desempenho, e os quatro principais indicadores macroeconômicos de crescimento, emprego, inflação e a balança de pagamentos internacional permanecendo geralmente estável.

De acordo com a Administração Geral das Alfândegas da China, no primeiro trimestre de 2024, as importações e exportações totais de bens da China aumentaram anualmente 5% em termos de yuan, e o comércio externo de bens situou-se em 10,17 trilhões de yuans (US$ 1,4 trilhão). Historicamente, pela primeira vez, a escala do comércio exterior do país ultrapassou os 10 trilhões de yuans durante o mesmo período, enquanto a taxa de crescimento atingiu o máximo dos últimos seis trimestres. Além disso, o comércio da China com os países participantes na Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e outros países do Brics tem mostrado uma taxa de crescimento que ultrapassa a taxa de crescimento global.

A China desempenhou um papel positivo e significativo no fornecimento de produtos com boa relação custo-benefício aos mercados globais como uma potência industrial mundial e na criação de procura de produtos de outros países como um importante mercado consumidor do mundo. A dinâmica do crescimento econômico da China está se tornando cada vez mais evidente.

Brasil e China veem imenso potencial para maior cooperação

Por José Acácio Ferreira

De acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil, as exportações do Brasil para a China atingiram US$ 105,75 bilhões em 2023, tornando a China o primeiro parceiro comercial do Brasil com valor de exportação superior a US$ 100 bilhões.

O crescimento significativo das exportações do Brasil para a China nos primeiros dois meses deste ano demonstra mais uma vez o papel vital do dinâmico mercado chinês na condução do comércio exterior e do desenvolvimento econômico do Brasil.

No ano passado, visitei várias regiões da China com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, durante a sua visita ao país. Os esforços da China para expandir a abertura de alto nível e o compromisso com o desenvolvimento econômico de alta qualidade me impressionaram profundamente.

Este ano marca o 50º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticAs entre o Brasil e a China, que têm um significado especial. À medida que o governo brasileiro promove a reindustrialização, a inovação tecnológica, a transformação de baixo carbono e a equidade social, há uma grande expectativa no Brasil por uma maior cooperação de qualidade, mais ampla e mais benéfica com a China, que deverá ajudar o Brasil a prosseguir um caminho de modernização adaptado às suas condições nacionais.

O estado da Bahia fica na parte nordeste do Brasil. No ano passado, foi criada a Comissão de Mineração do Estado China–Bahia. Ela aproveita a tecnologia avançada e as vantagens financeiras da China no desenvolvimento da mineração, busca o desenvolvimento sustentável e segue o princípio de ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados. Tendo a cooperação minerária como pedra angular, visa promover a cooperação abrangente dos dois lados em novas energias, inovação tecnológica e infraestrutura, trazendo benefícios ao povo baiano.

A cooperação entre o Brasil e a China expandiu-se em vários setores. Os laços econômicos cada vez mais estreitos entre os dois lados beneficiaram os dois povos.

Em 2023, o Estado da Bahia testemunhou um aumento significativo nas exportações de soja, algodão e outros produtos agrícolas para a China. As empresas chinesas têm investido mais na agricultura e na indústria locais, o que tem sido fundamental para aumentar o emprego e melhorar os padrões de vida no estado da Bahia e nordeste do Brasil em geral.

A cooperação dos dois países na construção portuária e ferroviária no estado da Bahia melhorou a infraestrutura da região. Em maio passado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia e a Academia de Pesquisa Macroeconômica de Shandong da China assinaram um memorando de entendimento para cooperação em agricultura e infraestrutura, logística portuária, cultura e educação e outros setores.

Atualmente, produtos chineses como módulos fotovoltaicos, equipamentos de máquinas e materiais elétricos representam uma parte significativa das importações brasileiras da China. Eles são essenciais para o desenvolvimento industrial do Brasil e destacam a forte complementaridade entre as duas economias.

Os dois países envolveram-se numa série de colaborações em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, destacando o seu compromisso compartilhado para alcançar progressos em domínios como a inteligência artificial, as comunicações eletrônicas e a ciência da computação.

Também colaboraram em áreas como a energia eólica e a produção de energia solar para prosseguirem conjuntamente com o desenvolvimento sustentável, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A estreita cooperação com a China promoveu efetivamente a capacidade de produção e as capacidades tecnológicas do Brasil, o que está em conformidade com a estratégia de "reindustrialização" do governo brasileiro e a nova versão de um "plano de aceleração do crescimento".

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, e há um enorme potencial para uma maior cooperação entre os dois países. O Brasil espera aproveitar ao máximo a abertura expandida de alto nível da China, aumentar a sua participação no mercado chinês, diversificar as suas exportações para a China, e, assim, promover uma cooperação prática estável e robusta entre os dois países.

José Acácio Ferreira é diretor-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia, Brasil.